

A MORALIDADE DOS ATOS HUMANOS: O AGIR MORAL EM SÃO TOMÁS DE AQUINO*

William Gonzaga de Souza**

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo compreender, no denso e extenso pensamento de Tomás de Aquino, como se dá o agir moral do homem que, mediante sua capacidade racional e voluntária de fazer escolhas, tende sempre a um fim. É com essa perspectiva de raciocínio que o Aquinate principia sua reflexão sobre a moralidade dos atos humanos. A referência será o tratado dos atos humanos presente na *Prima Secundae* de sua *Suma teológica*, mais precisamente no que concerne à questão 18, que trata da bondade e da malícia dos atos humanos em geral nas três fontes da moralidade que podem influenciar os atos: o objeto, a intenção (finalidade) e as circunstâncias. Qual o sentido de agir moralmente? O que motiva alguém a agir de modo correto ou bom? É possível afirmar que existe alguma relação entre agir bem e ser feliz? Eis algumas questões sobre as quais se pretende refletir. O ato moral enquanto ação racional e voluntária, refletida e deliberada, cônica e livre possibilita ao homem a capacidade de escolher, de eleger, de consentir e de agir tendo em vista o fim e de alcançar a finalidade de suas ações, que é a beatitude.

PALAVRAS-CHAVE: Tomás de Aquino; atos humanos; beatitude; moralidade; vontade.

Tomás de Aquino é considerado um dos mais importantes e influentes pensadores da filosofia medieval juntamente com Agostinho, e o maior representante do denominado período escolástico desenvolvido entre os séculos IX e XIII d.C., e que permaneceu até o final da Idade Média. No campo da moralidade, a era medieval trouxe grandes e profundas contribuições, sobretudo no pensamento do *Doctor Angelicus*.

Devido a sua grande contribuição nessa área, pretendemos buscar responder a seguinte questão: como Tomás estabelece sua compreensão do agir moral dentro da moralidade dos atos humanos? O objetivo da investigação consistiu em analisar a concepção da ação moral dentro do tratado dos atos humanos presente na *Prima Secundae* de sua *Suma teológica*, mais precisamente no que concerne à questão 18, que trata da bondade e da malícia dos atos humanos em geral.

Qual o sentido de agir moralmente? O que motiva alguém a agir de modo correto ou bom? É possível afirmar que existe alguma relação entre agir bem e ser feliz? Eis algumas questões sobre as quais se pretende refletir, já que segundo Silva (2015, p.127),

* Comunicação recebida em 22/12/2022 e aprovado para publicação em 26/12/2022.

** Graduado em Filosofia pela PUC Minas. E-mail: williamgonzaga@hotmail.com.

A análise sobre a natureza do ato humano constitui o ponto de partida para o tratado ético de Tomás de Aquino, pois somente a vontade, movida pela reta razão – para a qual todo indivíduo tende – pode alcançar a beatitude e desenvolver qualquer ordenação do ato para o seu fim natural. O ser humano, que é um ser racional, é moral, porque tem a faculdade de agir segundo a sua liberdade e nela participar da perfeição divina. Ele, o homem, tende para o bem, prescrito na sua consciência.

Para Tomás de Aquino, todos os seres tendem naturalmente a um determinado fim, e pela sua capacidade intelectual ou racional têm a capacidade de conhecer esse mesmo fim – que é a beatitude – penetrando dessa forma na vida moral. Nesse sentido, para responder à questão proposta por este trabalho, se faz necessário assumir alguns objetivos específicos, a saber: a) traçar a concepção antropológica e metafísica no pensamento de Tomás de Aquino; b) apontar a relação entre a ética tomasiana e sua concepção de moralidade; c) descrever como Tomás entende a beatitude como o fim último do homem; d) apresentar a concepção e estrutura dos atos humanos e, por fim, e) demonstrar a qualificação/especificação moral dos atos humanos no que se refere à intenção, às circunstâncias e ao objeto escolhido presentes na questão 18.

De acordo com o grande mestre Pe. Lima Vaz (1999, p. 26), duas disciplinas filosóficas são necessárias para estabelecer os fundamentos da Ética: a Antropologia filosófica e a Metafísica. Assim, no que se refere ao entrelaçamento entre as concepções antropológica e metafísica, Tomás de Aquino – influenciado pelas Sagradas Escrituras e pelos pensamentos de Agostinho e de Aristóteles – vai plasmar sua concepção cristã-medieval do homem, na qual o colocará na fronteira das dimensões espiritual e material, enquanto criatura que sai das mãos de Deus e, por meio de sua racionalidade e liberdade, procura viver e agir em busca de retornar ao próprio Deus.

Com efeito, para que possamos compreender essa relação humano-divina, se faz necessário conhecer duas categorias fundamentais que são os pilares da estrutura gnosiológica tanto da metafísica quanto da ética do Aquinate: a categoria de perfeição e a categoria de ordem, em que “a noção de perfeição, sendo logicamente conversível à noção de ser, não é senão outra expressão da noção de bem. Por outro lado a noção de ordem implica necessariamente, do ponto de vista ontológico, a noção de fim” (VAZ, 1999, p. 216). Ainda nesta relação, encontram-se presentes a categoria de participação, em que Tomás nos apresenta que o menos imperfeito procede e sempre traz em si a marca do mais perfeito, e a ideia da perfeição relativa do homem que participa da perfeição absoluta de Deus, na qual esse mesmo homem é capaz de alcançar a verdade e de agir moralmente segundo o bem (VAZ, 1998, p. 70).

Assim, através dessas noções de perfeição, ordem, bem, fim e participação temos que a relação entre criaturas e criador é uma relação que implica uma analogia, um movimento de *tender para*, e todos os bens e coisas deste mundo tendem para um fim último. Ao ordenar perfeitamente todas as coisas, elas devem ser dirigidas e orientadas para um *télos* agindo em vista dele, já que o fim é o bem de cada uma. Como nos preceitos aristotélicos, também em Tomás todos os atos do homem e o próprio homem, criado à imagem e semelhança de Deus, inteligente, que possui a capacidade de escolher, que possui o livre-arbítrio e é senhor do seu destino, são determinados, ou melhor, tendem para um determinado fim (*télos*).

Já na relação entre ética e moralidade, tanto uma quanto a outra, possuem, no pensamento do Aquinate, Deus mesmo por objeto, mesmo quando se trata do princípio e fim dos atos humanos. Ao abordarmos a ética tomasiana, devemos compreender que ela está fundamentada por um pensamento metafísico, pois embora a doutrina de Tomás seja elaborada com um certo rigor racional, ele não separa, não contradiz e não opõe a razão à fé, haja vista, que ambas “constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade” (JOÃO PAULO II, [Prólogo], 1998).

É justamente aqui onde se encontrará o maior desafio do pensamento ético do Doutor Angélico, ou seja, como conciliar a dualidade de natureza e graça, sobrenatural e natural, presente na estrutura humana. Tomás parte do seguinte adágio: *gratia non tollat naturam, sed perficiat*¹, isto é, a graça não anula ou dispensa a natureza, mas pelo contrário, a pressupõe, a aperfeiçoa e a sobreleva. Nesse sentido, a natureza humana inclinada a realizar a perfeição do ser, se volta para o fim que lhe é próprio, isto é, o bem universal, o próprio Deus. O homem, ao ser criado por Deus e, ao participar, embora imperfeitamente, da beatitude de Deus, recebe dEle uma qualidade sobrenatural que lhe possibilita buscá-lo como seu fim último, tornando assim *capax Dei*.

Tomás de Aquino entende a beatitude como fim último porque toda ação humana tende para o bem e para o fim, de modo que é possível distinguir dois tipos de beatitude em sua filosofia: uma beatitude imperfeita e uma beatitude perfeita. Na vida presente, o homem só possui acesso a uma bem-aventurança imperfeita, pois enquanto passageira e efêmera, pode ser encontrada nas riquezas, nas honras, na fama ou na glória, no poder, em algum bem do corpo, nos prazeres deste mundo, em algum bem da alma ou em algum bem criado (*Sth, IaIIae*, q. 2, a. 1-8, 2009, p. 46-62), enquanto a eterna e perfeita beatitude só será alcançada quando a mente

¹ “[...] a graça não suprime a natureza mas a aperfeiçoa [...]” (*Sth, Ia*, q. 1, a. 8, a. 2, 2009, p. 150).

do homem se unir a Deus, na plena autorrealização e última perfeição do homem. Para o Aquinate, portanto, todos os seres, naturalmente, estão direcionados para um determinado fim, e o homem, pela capacidade da razão, é capaz de conhecer este fim e de se introduzir na vida moral.

O caminho percorrido até aqui permitiu perceber que a moral no pensamento tomasiano consiste num constante mover-se da criatura em direção ao seu fim último, que é a beatitude e, em última instância, a beatitude perfeita, que é Deus. Nesse itinerário se encontram os meios que conduzem o homem à bem aventurança que são os atos humanos. É preciso, primeiramente, mencionar que Tomás faz uma distinção entre o que se entende por atos humanos e por atos do homem, já que somente um deles pode ser qualificado moralmente. De acordo com o Doutor Angélico,

Das ações realizadas pelo homem, são ditas propriamente *humanas* as que pertencem ao homem enquanto homem. O homem diferencia-se das criaturas irracionais por que tem o domínio de seus atos. Por isso, somente são ditas propriamente humanas aquelas ações sobre as quais o homem tem domínio. Ora, o homem tem domínio de suas ações pela razão e pela vontade. Onde será chamada de livre-arbítrio a *faculdade da vontade e da razão*. Assim sendo, são propriamente ditas humanas as ações que procedem da vontade deliberada. Se outras ações, porém, são próprias do homem, poderão ser chamadas de ações *do homem*, mas não são propriamente ações humanas, pois não são do homem enquanto homem. (*Sth, Iallae*, q. 1, a. 1, resp., 2009, p. 32).

Assim, somente os atos humanos que procedem das duas faculdades próprias do homem, ou seja, razão e vontade, e sobre os quais o homem exerce domínio e traz para si a responsabilidade moral (“senhor dos seus atos”) é que podem ser qualificados como bons ou maus, logo, moralmente. Como a vontade tem por objeto o fim e o bem, tem-se, portanto, que todas as ações humanas têm em vista o fim (*Sth, Iallae*, q. 1, a. 1, resp., 2009, p. 32). Nessa perspectiva, o movimento da vontade é certa inclinação para algo, e da mesma maneira que o intelecto adere necessariamente aos primeiros princípios, se espera que a vontade também possa aderir necessariamente ao fim último, que é a bem-aventurança (*Sth, Ia*, q. 82, a. 1, resp., 2005, p. 476), já que “o objeto da vontade é o bem e o fim universal” (*Sth, Ia*, q. 82, a. 4, resp., 2005, p. 482).

Dessa maneira, o homem tem a liberdade e a capacidade de fazer escolhas, de agir ou não agir, de deliberar, de escolher entre uma coisa e outra, de conhecer o fim e criar novos meios para chegar até ele e, ainda, de pretender, por sua vontade, o conhecimento do bem, do verdadeiro e de tudo que vai além das coisas dadas (SILVA, 2015, p. 123).

O ato moral nada mais é do que aquele ato plenamente humano, voluntário – livre, racional e consciente – em função de um fim que é o bem, e que na doutrina tomasiana consiste no fim último da beatitude perfeita, que é o próprio Deus e a plena realização do homem. Ao analisarmos estruturalmente o ato moral podemos ainda compreendê-lo sob quatro aspectos que consistem: na intenção, na eleição, na deliberação e no consentimento (*Sth, IaIIae*, q. 12-15, 2009, p. 176-210).

Segundo Aquino, o próprio significado da palavra intenção já remete ao seu objetivo: *tender para alguma coisa*, seja a ação do movente, seja o movimento da coisa movida. Para o Aquinate todas as coisas tendem para um fim e todos os atos humanos são atos ordenadamente voltados para um fim, donde então que a intenção primeira e principal é pertencente àquilo que move para o fim, e diante de várias intenções apresentadas – ordenadas ou não ordenadas entre si – o homem é capaz, ordenado pela razão, de escolher aquela que é mais adequada para vários fins (*Sth, IaIIae*, q. 12, a. 3, resp., 2009, p. 180).

A eleição referindo-se a muitas coisas que podem ser escolhidas, se traduz na escolha de uma coisa anterior à outra (*Sth, IaIIae*, q. 13, a. 2, resp., 2009, p. 187). A eleição (escolha) é sempre dos atos humanos e tem como objeto não o fim último, mas os meios (fins) pelos quais se pode alcançar o fim, e à medida que se selecionam tais fins, eles se direcionam para o fim último, no qual este se apresenta naturalmente na bem-aventurança.

Anterior à eleição, temos a deliberação (conselho) que a precede. Segundo o Doutor Angélico “a deliberação refere-se às coisas que o homem quer fazer e também como aquilo que move, porque pelo fato de o homem querer o fim, ele se move para deliberar sobre as coisas que são para o fim” (*Sth, IaIIae*, q. 14, a. 1, sol. 1, 2009, p. 196). Uma vontade que delibera moralmente é uma vontade que delibera sempre na direção do bem.

Não obstante o fim ser bom, é preciso e se faz necessário que também o raciocínio seja correto, e assim se a deliberação tem em vista o fim, o consentimento também deve tê-lo. De acordo com Boehner e Gilson (2007, p. 478 apud SILVA, 2015, p. 126) o consentimento ao ato “destina-se à formulação dos juízos, onde se pressupõe um desejo para uma ação de bondade”. Esse consentimento ao ato pertence à razão superior, enquanto nela se inclui a vontade e dessa forma é capaz de julgar todas as coisas (*Sth, IaIIae*, q. 15, a. 4, resp., 2009, p. 210). Portanto, o ato moral se traduz em um ato voluntário que tende para o fim, mas que antes delibera sobre a melhor escolha, a elege e por fim dá o seu consentimento para que então a ação seja executada.

Após ter analisado o ato humano sob a ótica de alguns componentes que consideramos essenciais no agir moral de Tomás de Aquino, passamos para a moralidade dos atos humanos, propriamente dita, ou seja, a qualificação dos atos em atos bons ou atos maus, em que reside o objetivo do presente trabalho em analisar, na questão 18, as fontes ou elementos que contribuem para esta divisão: o objeto escolhido, as circunstâncias da ação e o fim que se tem em vista ou intenção. A atenção se voltará, portanto, para os quatro primeiros artigos da referida questão. O homem é um sujeito moral, senhor dos seus atos e que ao deliberar, cõscia e livremente, pode ter seus atos qualificados como bons ou maus.

No primeiro artigo o Doutor Angélico analisa se toda ação humana é boa ou se existe alguma que seja má. De acordo com sua concepção, só é possível falar do bem e do mal nas ações relacionando-as com o bem e o mal das coisas, porque cada coisa age como é e cada coisa, diversamente, possui a plenitude do ser que lhe convém. Nesse sentido, a bondade e a malícia se apresentam da seguinte forma: quanto a coisa tem de ser, tanto tem da bondade e se, por acaso, algo lhe faltar, se torna deficiente na bondade e, portanto, se torna mau.

O artigo segundo apresenta a primeira fonte da moralidade dos atos humanos que se encontra no objeto escolhido². O objeto é aquilo que o homem quer, que o homem pretende, aquilo que sua liberdade depois de decidir irá propor a alcançar, a fazer e/ou a realizar. Segundo o Catecismo da Igreja Católica (§ 1751), “o objeto escolhido é um bem para o qual se dirige deliberadamente a vontade”. Logo, é possível afirmar que “a primeira bondade do ato moral é considerada pelo objeto conveniente”, assim como “o primeiro mal nas ações morais é o que procede do objeto” (*Sth, IaIIae*, q. 18, a. 2, resp., 2009, p. 241).

A segunda fonte da moralidade, que é tratada no artigo terceiro, diz respeito às circunstâncias da ação. As circunstâncias são acidentes dos atos humanos e, por isso, são consideradas como elementos secundários de um ato moral incluídas as consequências. Logo, na ação a plenitude da bondade não está toda em sua espécie, mas por meio dos acidentes algo lhe é acrescentado, e estas se referem às devidas circunstâncias. Assim, uma ação será má quando algo que se exige, para as devidas circunstâncias, falta (*Sth, IaIIae*, q. 18, a. 3, resp., 2009, p. 242-243).

² “Convém precisar a significação do termo objeto. Esse substantivo não deriva do latim clássico, mas escolástico. Significa literalmente o que é colocado diante, quer diante de nosso corpo e de nossos sentidos, quer diante de nosso intelecto, de nossa vontade e de cada faculdade. O termo não comporta para Sto. Tomás a oposição moderna entre objeto e sujeito, entre coisa e pessoa. O objeto não é para ele somente uma coisa, mas pode perfeitamente ser uma pessoa, como quando falamos do objeto de nosso amor, de nosso ressentimento.” (PINCKAERS, 2009, p. 241, nota d).

Por fim, o Doutor Angélico, no artigo quarto, apresenta se uma ação pode ser boa ou má pelo fim do que se tem em vista ou pela intenção. A intenção, diante do objeto, se coloca do lado do sujeito que age e determina esse agir tendo o fim em vista, isto é, é o alvo do bem que se espera da ação empreendida. De acordo com Tomás (*Sth, Iallae*, q. 18, a. 4, p. 244), “as ações humanas e outras cuja bondade depende de outra coisa, têm a razão da bondade pelo fim do qual dependem, exceto a bondade absoluta que nelas existe”.

A bondade pode ser considerada na ação humana de quatro modos: a) segundo o gênero, enquanto é ação; b) de acordo com a espécie, que se conforma com o objeto conveniente; c) segundo as circunstâncias; e d) segundo o fim, conforme sua relação com a causa da bondade. Portanto, uma ação pode ser qualificada como boa ou má pelo fim, pois a bondade depende do fim. Da mesma maneira, se em uma ação não estão presentes todas as bondades, logo não há uma ação boa de modo absoluto porque lhe falta algo (*Sth, Iallae*, q. 18, a. 4, p. 244-245).

Chega-se à conclusão de que para que um ato humano seja especificado moralmente como mau, basta que somente uma das fontes da moralidade seja considerada como ruim ou má, seja o objeto, ou a circunstância ou a finalidade. Para que um ato seja qualificado como moralmente bom, ao contrário, é preciso que as três fontes da moralidade estejam conjugadas integralmente no mesmo ato, ou seja, deve-se supor, ao mesmo tempo, a bondade do objeto escolhido, das circunstâncias e da finalidade. Dessa maneira o objeto tem que ser bom, a intenção deve ser boa e as circunstâncias não podem comprometer absolutamente a intenção e a objetividade do ato.

Assim, pois, é que o homem ao agir por causa de um fim e desejoso de alcançar o bem deveria deixar sempre se guiar pelo primeiro e supremo preceito da ordem moral: *bonum est faciendum et prosequendum, et malum vitandum*³.

Diante disso, cumpre salientar que o homem que naturalmente tende ao bem tem consciência do seu agir moral e por isso pode e deve ser responsabilizado por suas ações e aí é que se encontra o sentido de agir e de saber como agir moralmente diante do objeto que se coloca para ser escolhido, das circunstâncias que cercam o ato e das intenções que se propõem para realizá-lo. É preciso ao homem deixar-se guiar pela reta razão e pela bondade da vontade para fazer as melhores escolhas e agir bem em todas e quaisquer situações. O que deve motivá-lo a agir corretamente é que o bem das suas ações não somente o atinge e o possibilita a alcançar

³ “[...] Este é, pois, o primeiro princípio da lei, que o bem deve ser feito e procurado, e o mal, evitado. [...]” (*Sth, Iallae*, q. 94, a. 2, resp., 2010, p. 562).

a felicidade (ainda que imperfeita neste mundo) como também isso se reflete na sociedade como um todo.

O tema a respeito do agir moral e da moralidade dos atos humanos é de suma importância para se entender a nossa realidade e urge a necessidade se discuti-lo em nossos dias, pois a moralidade dos atos humanos não atinge somente indivíduos, mas atinge a todos, enquanto sociedade, coletividade, humanidade, e todo o agir do homem está destinado a trazer o bem não só para si, mas para todos, visando sempre o bem comum. Em tempos de polarizações, de guerras, de desentendimentos entre as pessoas, de falta de alteridade, de compreensão e de respeito mútuo, é responsabilidade nossa procurar agir bem para que, de fato, tenhamos um mundo que seja um lugar melhor para se viver, e isso, inevitavelmente, passa pela forma como lidamos com nossas ações e as ações do outro.

É possível ao homem ser feliz e alcançar a bem-aventurança já nesta vida, desde que seu agir moralmente bem seja algo prático e não somente consista em regras e preceitos de uma constituição e/ou de uma sociedade que não as seguem ou que as burlam e encontram brechas quando bem entendem. Mais uma vez se faz importante ressoar o princípio dito por Tomás: “O bem deve ser feito e procurado, e o mal evitado”.

REFERÊNCIAS

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2000.

JOÃO PAULO II, **Carta Encíclica *Fides et Ratio***. [Prólogo]. 14 set. 1998,. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.html. Acesso em: 20 out. 2022.

PINCKAERS, Servais. Introdução e notas. In: TOMÁS DE AQUINO, **Suma teológica**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

SILVA, Antônio Wardison C. A natureza do ato humano: uma análise do pensamento moral em Tomás de Aquino. **Cognitio-Estudos**: revista eletrônica de filosofia, São Paulo: CEP/PUC-SP, v. 12, n. 1, jan-jun, 2015, p. 117-128. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/23508/16867>. Acesso em: 13 out. 2022.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. **Suma teológica**. (Parte I - Questões 1-43). 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009. v. 1.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. **Suma teológica**. (Parte I - Questões 44-119). 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. v. 2.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. **Suma teológica**. (Seção I - Parte II - Questões 1-48). 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009. v. 3.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. **Suma teológica**. (I Seção da II Parte - Questões 49-114). 2. ed. São Paulo: Loyola, 2010. v. 4.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Antropologia filosófica 1**. 4. ed. corrigida. São Paulo: Loyola, 1998.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Escritos de filosofia IV: Introdução à Ética Filosófica 1**. São Paulo: Loyola, 1999.